

CONTRIBUTO PARA UMA ‘HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO’ NO BRASIL.

NELSON PÔRTO RIBEIRO*.

1. INTRODUÇÃO.

A História da Construção constitui uma disciplina de definição recente que pretende analisar a evolução do *modus faciendi* de uma atividade humana milenar, numa abordagem transdisciplinar. Esforço na constituição desta nova disciplina deve ser entendido o recente movimento internacional de organização dos pesquisadores da área em eventos científicos de caráter nacional que se pode observar nos últimos anos em países como Inglaterra, Espanha, Alemanha e França. A História da Construção debruça-se sobre os fatos e eventos correlacionados direta e indiretamente à construção arquitetônica e urbana e tem como pesquisadores, profissionais oriundos de campos distintos do saber científico como arquitetura, urbanismo, engenharia, história, arqueologia, geografia, sociologia, pedagogia etc. O objetivo da presente comunicação é uma tentativa inicial de sistematização da historiografia no Brasil da ‘História da Construção’, não apenas através dos estudos históricos sobre a arquitetura e a construção brasileira, propriamente dita, mas também através do ato de relacionar uma documentação técnica impressa que embora sem pretensões historiográficas, em si constitui-se em material primário para o historiador das construções: livros didáticos, manuais e tratados de arquitetura. Procurar-se-á também, dentro do quadro geral que foi o intercâmbio cultural luso-brasileiro, estabelecer-se alguns aspectos relevantes no quadro da construção arquitetônica, sejam estes de continuidade sejam de ruptura.

A historiografia da ‘História da Construção Brasileira’ propriamente dita, aquela que diz respeito ao registro escrito da História, a memória estabelecida através de uma escrita do seu próprio passado, é tardia e começa apenas no séc. XX. Mas, já há algum tempo que nós historiadores trabalhamos com um conceito de historiografia que é polissêmico e que significa também uma ciência da história - no caso, uma ciência da ‘História da Construção’. Dentro deste parâmetro ampliado podemos recuar a nossa pesquisa historiográfica documental em pelo menos um ou dois séculos.

* Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em História. Agências Financiadoras: CNPq e FAPES.

É certo que se faz ciência da construção na América desde antes do século XVIII, pelo menos desde quando os portugueses e espanhóis começaram a se estabelecer no novo continente a partir do século XVI. Não fazemos aqui um recuo temporal maior levando essa afirmação ao período pré-colombino porque acreditamos, tal como Ortega y Gasset, que “nem toda técnica é científica”: e que “quem fabricou os machados de sílex, no período cheleano, carecia de ciência, e no entanto, criou uma técnica”. E que “só a técnica moderna da Europa tem uma origem científica” (2002, p.141). Ou seja, dentro desta perspectiva não é incorreto afirmar que no Brasil a ciência da construção começou com a América portuguesa, mas, se pensarmos numa ciência da construção propriamente ‘brasileira’, seremos obrigados a avançar mais ainda no tempo, como veremos abaixo.

O desenvolvimento deste conhecimento científico a partir da Idade Moderna deu-se através da proliferação de uma copiosa literatura técnica desencadeada pelo redescobrimento durante o Renascimento italiano do Tratado de arquitetura de Vitruvius, Tratado este que serviu de paradigma para a quase totalidade das publicações europeias da área nos dois séculos seguintes. Através da imprensa moderna que ajudará a configurar o saber e a ciência ocidental, a cultura do Renascimento italiano propagou-se rapidamente nas demais regiões europeias, e a literatura técnica parece ter tido papel fundamental nesta divulgação.

A palavra ‘técne’ de origem grega, da qual deriva a nossa palavra ‘tecnologia’, tinha um significado bem mais amplo do que esta última, denotando não apenas os conhecimentos e as habilidades para se fazer, como também a criatividade necessária para tanto (KATINSKY, 2002, p.17). No Tratado de Vitruvius encontramos todos os conhecimentos indispensáveis para a construção arquitetônica, tanto os conhecimentos técnicos propriamente ditos como aqueles conhecimentos necessários na área da estética e da composição. Também é assim com os primeiros tratadistas italianos como no caso de Alberti, contudo, logo em seguida esta literatura técnica na área da construção será diversificada passando-se a encontrar pelo menos três tipos básicos de escritos, segundo Sylvia Fischer: o ‘Tratado’, obra em geral completa e ambiciosa; o ‘Manual técnico’ destinado a um ofício específico; e o ‘Livro de modelo’, composto por exemplares de modelos e de plantas de arquitetura a serem copiados e vulgarizados (FISCHER, 1992, p.90). Deve-se observar que se trata de obras destinadas a públicos distintos - não

apenas a engenheiros e arquitetos, mas também construtores, mestres de obra e oficiais – e que foram responsáveis não apenas pela divulgação da ciência da construção mas também pela globalização e uniformidade que esta passa a adquirir dentro do espectro cultural do ocidente a partir de então.

É através de uma abordagem destes documentos técnicos que eu pretendo recuar em um ou dois séculos a investigação acerca da historiografia da ‘História da Construção’ no Brasil.

2. OS PRIMEIROS DOCUMENTOS.

Seria ousado e até mesmo incorreto designar estes primeiros documentos escritos no Brasil como brasileiros, a meu ver eles são documentos portugueses escritos na América, contudo, acredito que estudos mais completos ainda a serem desenvolvidos, poderiam identificá-los como variantes da produção científica produzida na metrópole com uma coloração própria: por utilizarem referências literárias diversas e/ou ênfases distintas em determinados aspectos técnicos mais adequados ao cenário ‘brasileiro’, pois sendo a América Portuguesa tão díspar da metrópole em mão de obra assim como em material de construção, não seria irracional esperar que houvesse na literatura técnica do período produzida na América uma adequação das técnicas portuguesas, da mesma forma como houve esta adequação na prática.

Talvez o mais antigo documento produzido no Brasil e que discorra de uma forma mais sistemática (e não meramente ocasional) sobre práticas construtivas seja um manuscrito de 1684 intitulado ‘Declarações de obras’ de Frei Bernardo de São Bento, um beneditino que foi responsável por uma importante reforma no mosteiro da ordem situado no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento em que o arquiteto, de formação completamente autodidata como ele mesmo faz questão de informar, descreve não apenas processos técnicos empregados na obra como também as dificuldades de percurso encontradas e como as mesmas foram superadas. O documento é o que chamaríamos hoje um ‘Diário de obras’, um documento ideal com o qual os historiadores da construção vivem sonhando, mas que é tão raro de ser encontrado. Cabe sinalar que este precioso documento veio à luz através das pesquisas do incansável historiador beneditino D. Clemente Maria da Silva-Nigra, que o transcreveu, comentou

e editou (1950). Embora não tenha tido repercussão à sua própria época, pois é um documento interno da Ordem, que não foi editado nem teve circulação, trata-se de um documento inestimável, que interessa não apenas ao historiador envolvido com os procedimentos construtivos luso-brasileiros do século XVII como também àquele que estuda o processo de formação dos profissionais da arquitetura no período.

Entre os estudos americanos podemos contabilizar manuscritos e desenhos produzidos pelas Aulas de engenharia militar que se estabeleceram a época em solo americano, tal como os dois Cadernos de Desenhos da Aula Militar da Bahia dos anos de 1778 e 1779 que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino e que pertenciam a alunos de José Antônio Caldas; embora desenhos primorosos, são, contudo, meros exercícios acadêmicos de geometria, das ordens clássicas e de representações de fortificações ideais.

Mais importante para a História da Construção no Brasil é decerto o manuscrito de 1743 que se encontra na Real Biblioteca da Ajuda de autoria de Diogo da Silveira Velloso e que foi recentemente editado e comentado pelo Prof. Mario Mendonça de Oliveira da Universidade Federal da Bahia. O autor, Sargento-mor Engenheiro da Capitania de Pernambuco, atuou por um longo período no nordeste brasileiro tendo, entre outras atividades, participado do reparo de fortalezas de outras capitanias; elaborado um sistema defensivo para o Arquipélago Fernando de Noronha; e atuado como lente nas Aulas de Fortificação no Recife. Este manuscrito embora nunca tendo sido impresso à sua época deve ter tido larga circulação entre os partidistas das referidas Aulas onde o autor foi docente: intitulado ‘Arquitetura militar ou fortificação moderna’ a obra de Velloso é um erudito Tratado militar – com vasto referencial bibliográfico - que disserta não apenas sobre o desenho e a elaboração das fortificações, como também sobre os procedimentos técnicos construtivos.

De maior alcance de público foi decerto a obra do também engenheiro militar Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, que embora tendo nascido em Portugal (1700) viveu a maior parte da sua vida profissional no Brasil (1738) aonde veio a falecer em 1765, tendo sido responsável por algumas das mais importantes obras civis e militares da capital da América portuguesa, entre elas a Casa dos governadores, futuro Paço real de D. João VI. Lente nas Aulas Militares do Rio de Janeiro Alpoim escreveu duas obras que foram impressas fora do Brasil, e que, a rigor, eram para uso na Academia militar; a

primeira é o **Exame de artilheiros**, impresso em Lisboa em 1744 e como complemento, ou segunda parte o **Exame de bombeiros**, impresso em Madrid em 1748. Alguns supõe, sem contudo fundamentar, que esta obra teria vindo à luz na malograda oficina carioca de Antonio Isidoro da Fonseca mandada encerrar por ordem régia. A obra de Alpoim, contudo, apenas tangencialmente toca nas questões pertinentes à ‘História da construção’ e poderia ser mais bem classificada como uma obra de artes da guerra e de *piroboia*: onde ensinam-se artifícios de fogo e de foguetes para artilheiros e bombeiros. Assim, esgota-se o século XVIII com obras de engenharia que se não brasileiras ao menos escritas por autores que viveram e atuaram profissionalmente por longo tempo na América portuguesa e destinadas a formação de engenheiros militares servindo no Brasil.

3. O SÉCULO XIX.

O Século XIX para a historiografia da História da Construção brasileira foi decerto mais rico que o anterior. Nele aparecem os primeiros documentos que podemos, dentro de uma análise historiográfica mais criteriosa, intitularmos como brasileiros, ainda que a tradição construtiva brasileira do século XIX tenha sido estreitamente vinculada à tradição portuguesa.

Logo que caem as primeiras interdições do Antigo sistema colonial português, como a interdição de imprensa, surge uma obra dada à luz na Bahia em 1812 sob os auspícios do Conde dos Arcos, Governador Geral da Capitania, de autoria de Briche e intitulada: **Manual do engenheiro ou elementos de geometria prática, de fortificação de campanha**, (...). Embora não seja uma obra significativamente importante sobre o ponto de vista das práticas construtivas, pois alude apenas a construções militares transitórias e à fortificação de construções já existentes, como igrejas, esta obra deixa sentir, já desde os primórdios do novo século, a presença de novas perspectivas culturais que irão minar os laços estreitos da tradição luso-brasileira; em especial a influência francesa.

Não é a chegada da Família real em 1808 ou mesmo a independência do Brasil em 1822 que vai marcar ou impulsionar neste século o desenvolvimento de uma tecnologia construtiva de caráter nacional, ainda que inscrita dentro de uma tradição maior que é a da cultura ocidental. Ousaríamos mesmo dizer que sequer é a Missão francesa de 1812

este motor propulsor: missão tão importante para as artes plásticas mas já tão dentro de uma nova concepção de arquitetura fruto de uma cisão que houve ao longo do século no campo do saber da construção civil, e que, a partir de então, reserva para a nascente Escola Politécnica o saber tecnológico, determinando que à Escola de Belas Artes (origem da moderna Escola de Arquitetura) caberiam as concepções artísticas, projetuais e conceituais. Também a partir de então, conhecimento vernáculo e conhecimento erudito, que tinham tido vínculos estreitos no passado, vão cada vez mais se distanciar constituindo-se em esferas distintas do mesmo saber.

Essa passagem não se faz sem traumas e rupturas. Já em 1624 um opúsculo publicado na Inglaterra intitulado “The elements of architecture” de Sir Henry Wotton denunciava o fato de que “aqueles que têm o conhecimento técnico não tinham ‘Gramática’ e de que aqueles que estavam publicando livros não tinham conhecimentos” (APUD: PETERSON, 1992, p.97), não conseguindo ainda perceber na justeza de sua observação de que aquilo que designava como ‘Gramática’, a partir de então constituía-se em conhecimento autônomo. Por outro lado, é possível verificar no Tratado do arquiteto francês Durand - talvez o livro teórico mais influente na construção civil do século XIX, embora publicado ao final do XVIII - que se trata ainda de um Tratado na acepção renascentista do termo onde lado a lado com as lições de composição estão também capítulos que descrevem as técnicas e as práticas construtivas. É possível que se verifique aqui uma característica francesa, pois segundo Peirce, desde Philibert de L’Orme no século XVI os arquitetos franceses estariam estreitamente vinculados à tecnologia (IDEM, p.98), de qualquer forma, cada vez mais, o padrão da construção civil proveniente das Belas Artes terá como modelo um Tratado de ‘Gramática’ como o de Vignola enquanto que o padrão da Politécnica optará por um Tratado predominantemente técnico como o de Reynaud, aumentando o fosso entre o saber arquitetônico e o saber do engenheiro, criando áreas de saber distintas num conhecimento que no passado tinha sido uno e indivisível.

A renovação da ciência da construção no Brasil a partir do 2º império dá-se na esteira da constituição de uma nova classe de profissionais que são justamente os engenheiros civis, os quais surgem dentro de um contexto maior que é o da implantação de um projeto de modernização do estado brasileiro eminentemente ideológico nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho (2002, p.16), projeto este que contou - como

principal vetor das suas transformações - com a modernização do ensino de Engenharia nos moldes do que se fazia em França: como primeiro passo tivemos a desmilitarização deste ensino com a criação da Escola Central em 1858 e que teve como sucessora em 1874 a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, seguida pelas Politécnicas de Minas (1876); São Paulo (1894) e Salvador (1897). A engenharia civil no Brasil fez-se na segunda metade do século XIX e fez-se reelaborando a arte de construir, que a partir de então deixou cada vez mais os seus aspectos regionais e vernáculos de lado – entre eles a tradição lusa - passando a se constituir em um conhecimento técnico globalizado e ‘científico’.

O historiador brasileiro Milton Vargas acredita que ao final do século XIX início do XX a “*execução propriamente dita da obra e os conhecimentos para realizá-la não eram tanto da alçada dos engenheiros, mas, principalmente, dos mestres-de-obras, aos quais cabia a direção e realização de todas as técnicas construtivas*”. Ainda segundo este autor, aos engenheiros caberia a “*aplicação de conhecimentos científicos elementares, (como) nos cálculos e topografias (...) e aos mestres, a solução de problemas técnicos, não havendo muita conexão entre os dois*” (1994, p.91). Não é o que os nossos estudos vem indicando, supomos mesmo que as coisas devem ter se passado bastante diferentemente e que não havia motivos para que um engenheiro civil deixasse o direcionamento técnico da obra ao encargo de um mestre, profissional muito menos qualificado e dentro de uma concepção técnica inscrita na ‘ultrapassada’ tradição lusa, quando a sua formação de Escola Politécnica, ainda que não tivesse sido adquirida no exterior, provinha diretamente de uma tradição tecnologicamente mais ‘desenvolvida’; a francesa. É claro que o Mestre de Obras da tradição lusa continuava predominando em número: na época era ainda ele o responsável pela maior parte das construções do cotidiano, das pequenas construções do dia a dia, mas as construções de maior porte sob a responsabilidade de um engenheiro com certeza tinham a sua execução debaixo da alçada dos conhecimentos técnicos deste profissional, que por sua vez não devia encontrar pouca resistência para implementar estes conhecimentos através de uma mão de obra formada na tradição portuguesa: (fosse na execução de alvenarias de tijolos com seus arcos de descarga travados, fosse na aplicação de revestimentos à base de cimento Portland).

Observamos também que estas profundas transformações havidas ao longo do século XIX na área da construção civil não foi também fruto da propalada contribuição do trabalho livre do imigrante europeu, que é o que até o momento tem enfatizado a historiografia brasileira tradicional. Não estamos tentando minimizar o papel do imigrante europeu na construção do Brasil moderno, mas a imigração não foi fenômeno que aconteceu por igual em toda a extensão do país, de forma que nem sempre entre as levadas de imigrantes que chegaram ao país houveram artesãos qualificados para a construção civil. No Espírito Santo, por exemplo, a imigração europeia teve pouca participação na construção civil ao longo do século XIX.

É certo que em cidades como São Paulo, ou ainda Pelotas no Rio Grande do Sul, o papel da imigração italiana com seus clãs de artesãos, muitos deles qualificados nos liceus italianos de artes e ofícios foi deveras importante na elevação da qualidade da mão de obra destes locais, mas esta era ainda uma mão de obra artesanal, ela trouxe apuros e requintes em cidades que estavam em processo de enriquecimento rápido e que até então desconheciam este modo sofisticado de vida, mas estas práticas, algumas vezes tidas por ‘novidade’, em termos técnicos não se distanciavam dos procedimentos dos bons artesãos da tradição lusa que habitavam a corte e que produziram uma arquitetura com requinte ao longo de todo o século XIX, e mesmo antes. Estes imigrantes artesãos eram em geral estucadores, canteiros ou marceneiros, dominavam técnicas construtivas tradicionais em seus países, não foram eles, de certo, os responsáveis pela ‘revolução’ que se deu na construção civil na segunda metade do século XIX. As inovações técnicas do século XIX - as estruturas metálicas, as grandes estruturas de alvenaria portante em tijolos maciços, o uso diversificado do cimento Portland, a fabricação industrial e a padronização dos materiais de construção - foram trazidas pela engenharia e não pela imigração.

O papel dos engenheiros é fulcral neste desenrolar da construção civil brasileira, desde as primeiras grandes experiências ocorridas, as quais paradoxalmente ocorreram justamente na corte - uma cidade na qual até o final do século XIX predominou a mão de obra escrava - mas também onde houve uma forte tradição da engenharia militar lusa e onde, desde 1858 a engenharia civil brasileira desenvolveu-se através da Escola Central. Experiências como as que foram feitas pelo engenheiro André Rebouças por volta de 1867 quando nas obras das Docas da Alfândega utilizou pela primeira vez no

país cimento Portland, importado especialmente para uma obra de engenharia hidráulica, e onde se fizeram também os primeiros testes de resistência de materiais da história da engenharia nacional (RIPB, 1867).

O registro desta trajetória de inovações e transformações nos é dado pela literatura técnica produzida pelo período, coerentemente, toda ela de autoria de engenheiros militares ou civis. A Missão Artística francesa e seus descendentes - Grandjean de Montigny (1776-1850), José Maria Jacinto Rebelo (1821-1871), Teodoro de Oliveira, Joaquim Cândido Guilhobel (1787-1859) - não deixou uma única obra impressa que fosse, seja ela sobre a arquitetura clássica ou sobre as práticas construtivas brasileiras. O papel de relevância que a Escola de Belas Artes virá a tomar na produção de estudos historiográficos brasileiros ocorrerá apenas no século XX.

Vamos tentar ser breve ao comentar a produção científica do século XIX produzida por engenheiros, ela não é muito extensa, mas bastante desigual, desta forma centraremos os comentários em três autores que tiveram maior relevância, em especial na formação de uma mão de obra qualificada.

Ainda na primeira metade do século tivemos de autoria de Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864) o **Compendio de architectura civil e hydraulica**, de 1848. Este autor foi engenheiro militar e professor na Escola Central, chegou às mais altas patentes do exército e ocupou importantes cargos na administração do império tendo sido titular da pasta do Ministério da Guerra. A sua obra, em dois volumes, inscreve-se já dentro da tradição francesa da engenharia civil: o primeiro volume é dedicado à arquitetura civil, aos materiais de construção, ao seu emprego e aos processos construtivos, tudo dentro do âmbito das atribuições de uma *‘École Polytechnique’*; o segundo volume dedica-se aos estudos das comunicações - pontes e estradas, dentro do que seria o âmbito das atribuições da *‘École des Ponts e Chaussés’*.

O segundo autor, César de Rainville, nasceu na Alemanha e naturalizou-se brasileiro tendo sido *“formado pela Escola Politécnica de Hannover e Karlsruhe”* (BLAKE, 1883, II, p.104), a sua obra editada em 1880 foi intitulada **‘O Vinhola brasileiro; novo manual practico do engenheiro, architecto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro’**, e como o título deixa vislumbrar se inscreve dentro daquela classificação que esquematizamos atrás, de um manual técnico. Ao contrário de Bellegarde, Rainville nunca foi professor e passou a vida em cargos de ação - entre outros foi funcionário das

Obras Públicas da Província do Espírito Santo - homem prático, escreveu uma obra que não esteve no currículo da Politécnica e que era dirigida principalmente ao construtor e ao mestre de obras.

Deixei por último a figura de André Rebouças (1838-1898) pela proeminência que este grande homem das ciências tomou na segunda metade do século, no Brasil. Rebouças encarnou a figura emblemática do engenheiro policultural do século XIX; político, urbanista, sanitarista, topógrafo, matemático, físico, químico e, sobretudo, pedagogo: pois imbuído de uma missão de modernização do Estado através da ciência e da educação. Professor da Politécnica do Rio de Janeiro a sua obra é extensa, cito como particularmente interessantes para a ‘História da Construção no Brasil’ o seu ‘**Vocabulário dos termos técnicos da arte de construir e das sciencias acessórias**’ de 1869, e o seu ‘**Guia para os alumnos da 1ª cadeira do 1º anno de engenharia civil**’ de 1885. Este último é bastante interessante para o estudioso das fontes técnicas, pois inclui o Programa com as bibliografias de todos os anos do curso de engenharia civil da Politécnica do RJ.

Finalizando o século, cabe, apenas a título de referência, relacionar obras de menor expressão como: ‘**Materiais de construção**’ de Adolfo José Del Vecchio editado no Rio de Janeiro em 1884; ‘**Manual do pintor ou Arte de pintar casas**’ de Ferdinand Lyrio, editado no Rio de Janeiro em 1893; o ‘**Auxiliar do constructor**’ de Cornélio Carneiro de Barros & de Alfredo de Azevedo Marques, editado também no Rio de Janeiro em 1897; e ‘**A architectura classica no Brazil; tratado elementar das cinco ordens** (...) de Alexandre Speltz, de 1898.

4. O SÉCULO XX - CONCLUSÃO.

Na passagem do século XX a proliferação, em especial dos manuais técnicos, atinge o seu ápice, em geral de coleções com fins profissionais como a dirigida por Thomas Bordallo Pinheiro e que era editada conjuntamente em Lisboa e no Rio de Janeiro, demonstrando que até o referido período a classe dos oficiais e mestres ainda se alimentava dentro da tradição luso-brasileira. Correndo paralelo, o livro de Rebouças citado acima elenca uma bibliografia para os cursos da Politécnica do RJ formada quase que exclusivamente por autores franceses nunca traduzidos em português, entre os mais citados; Reynaud, Rondelet, Durand, Vicat e Boudin.

Não temos a intenção de discorrer mais longamente sobre esta bibliografia de caráter nacional, embora não devamos esquecer de citar que ainda a essa época as Associações profissionais de engenheiros começaram a editar periódicos que se constituem em material rico para os historiadores da construção. Em especial cito a **Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro**, editada no Rio de Janeiro pelo menos desde a década de 1860 e a **Revista do Grêmio da Polytechnica de São Paulo**, editada a partir do início do século XX.

Mais interessante para a presente comunicação é o fato de que o novo século registra as primeiras obras que numa perspectiva historiográfica chamaríamos das primeiras obras da ‘História da Arquitetura’ brasileira.

Com exceção de alguns textos isolados - em geral opúsculos, resenhas biográficas e artigos nos Anais do IHGB[†] - antes de 1900 não encontramos nenhuma obra propriamente dita de ‘História da Arquitetura’ escrita no Brasil. Barboza Rodrigues com sua ‘Antiguidades do Amazonas: arte cerâmica, armas e instrumentos de pedra’ (1876) e Silvio Romero com a sua ‘História da literatura brasileira’ (1888) são os únicos autores que se inscrevem no campo da arte nacional, no levantamento exaustivo da bibliografia brasileira publicada no início do século XX de autoria de Lee Phillips (1901).

Também as primeiras décadas do século XX não viram publicações nesta área. Alguns artigos em jornal de José Mariano Filho[‡] e de Adolfo Morales de Los Rios Filho[§]. De uma forma mais sistemática os primeiros textos de ‘História da Arquitetura’ foram os que o recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional começou a publicar na sua revista anual a partir de 1937; de autores como Afonso de Escragnole Taunay, Lucio Costa, Mario de Andrade, Sergio Buarque de Holanda, Robert C. Smith etc.

Marcelo Puppi (1988) em um estudo recente dedicado à historiografia da arquitetura brasileira sugere que esta foi indelevelmente marcada pelos textos seminais de Lúcio Costa (1902-1998), ora, este arquiteto, é bom lembrar, foi diretor por curto espaço de

[†] Entre outros: Manoel de Araújo Porto-Alegre. ‘Iconografia Brasileira’ in **Revista do IHGB** (1856). Manuel Duarte Moreira de Azevedo. **Pequeno panorama ou descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro** (1861).

[‡] Entre outros: ‘A casa brasileira’. **O Jornal** (21.06.1924).

[§] Entre outros: ‘Grandjean de Montigny e seu tempo’. **Jornal do Comercio** (17.09.1933).

tempo da Escola de Belas Artes e apesar de ter sido um renovador do velho ensino acadêmico neoclássico foi formado dentro da tradição já referida de que à Politécnica cabia o saber tecnológico enquanto que a Escola de Belas Artes ficava com as concepções artísticas e projetuais. Se Puppi tem razão é dentro desta perspectiva que deve ser entendida então a opção que a nascente historiografia da arquitetura brasileira adotou, ignorando, sobretudo, os estudos das técnicas e dos processos construtivos como estes tinham sido feitos em países onde a tradição de uma história da arquitetura era mais antiga, de uma época em que arquitetos e engenheiros trabalhavam mais próximos, como foi o caso da França, que teve notáveis historiadores da arquitetura no século XIX dedicados ao estudo das técnicas, tais como Viollet le Duc e Auguste Choisy. Este último, já no final do século XIX, continuaria defendendo o “conceito básico de forma arquitetônica como consequência lógica da técnica”, para Choisy, de acordo com Rayner Banham, “*technique, méthode, procédé e outillage* seriam aspectos da sociedade como um todo” (1979, p.45).

De fato, a obra emblemática de Costa; ‘**A arquitetura dos jesuitas no Brasil**’, publicada na Revista do SPHAN em 1941 é um paradigma deste modelo ‘Belas Artes’ de se fazer história da arquitetura; nela, ensaia-se uma tipologia estilística e cronológica de plantas-baixas, de fachadas e mesmo de retábulos de altares - tipologias estas que serão repetidas ao infinito, às vezes com pequenas variações, por todos os historiadores posteriores que se debruçaram sobre a arquitetura e a arte colonial no Brasil – desde Germain Bazin a Sandra Alvim - e não se elabora um único parágrafo mais consistente sobre os processos e os materiais utilizados nestas edificações, assim como quem são os atores que perpetraram estes monumentos: com exceção dos autores do traço – ou seja, dos arquitetos. Este tipo de história parece não se interessar em identificar quem construiu, porque construiu, como construiu e como aprendeu a construir.

Um autor coevo que parece ter escapado a esta influência e trabalhado dentro de uma afinidade maior com a História das técnicas é o Prof. Paulo Santos, particularmente numa obra intitulada ‘**A arquitetura religiosa em Ouro Preto**’ editada no Rio de Janeiro em 1951 e onde se faz um primoroso levantamento cadastral dos templos religiosos da cidade, neste incluindo plantas, elevações, detalhes técnicos e descrições minuciosas das fábricas construtivas.

É possível que a tradição historiográfica paulista, ao contrário da carioca, tenha se mostrado mais permeável ao estudo das técnicas, em especial pela característica da formação do arquiteto paulista que até 1948 se dava dentro do âmbito da Escola Politécnica da USP enquanto engenheiro-arquiteto. Entre os historiadores do século XX, alguns coetâneos de Costa e Santos, cabe ao menos citar uns poucos que têm significativas contribuições para uma futura História da Construção no Brasil ainda a ser redigida; Luís Saia, Pedro Carlos da Silva Telles, Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo.

A historiografia brasileira nas três últimas décadas vem se enriquecendo bastante e trabalhos que tangenciam fortemente a história das técnicas e da construção muitas vezes aparecem dentro de um viés mais amplo como o do Patrimônio Histórico. Contudo, estes trabalhos são ainda em geral restritos seja por voltarem-se à uma arquitetura específica de uma determinada região e período seja por possuírem caráter técnico próprio à restauração do Patrimônio arquitetônico.

Tal como o título indica o propósito deste artigo não é exaustivo, assim como não seria possível, dentro de um evento científico com as características do II WHPO, que se apresentasse um trabalho de maior fôlego. O nosso levantamento historiográfico finalizará, portanto na primeira metade do século XX deixando o relacionar das obras e autores mais recentes para um futuro complemento.

A conclusão a que se pode chegar é a de que uma ‘História da Construção no Brasil’ ainda tem um longo caminho a percorrer antes de ser ainda esboçada, pelo menos uma ‘História da Construção’ dentro da concepção de uma disciplina que pretende – nas palavras de Mascarenhas Mateus – ‘analisar a evolução do *modus faciendi* de uma atividade humana milenar, numa abordagem transdisciplinar’: disciplinas próximas e correlatas no campo das ciências sociais tais como a arquitetura, a história, a economia, a arqueologia, a antropologia, interagindo com disciplinas de outras áreas como as engenharias em geral.

5. EPÍLOGO.

Esta comunicação insere-se no âmbito de um Projeto de Pesquisa intitulado “A construção arquitetônica luso-brasileira: século XVI ao XIX” ao abrigo do Edital PRONEX (Núcleos de Excelência) promovido pelo CNPq (Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela FAPES (Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo), e ao longo do qual programa-se um ‘*Seminário de História da Construção Luso-brasileira*’ a acontecer no segundo semestre de 2011 e um ‘*I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira*’ a acontecer no segundo semestre de 2013, ambos na cidade de Vitória. Maiores informações podem ser obtidas no site do Projeto cujo endereço provisório é: www.historiadaconstrucao.blogspot.com

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AHU. **Caderno de Desenhos da Aula Militar da Bahia. 1778-1779.** Desenho à pena. 21,7 x 33,3 cm. N° 990 a 1028. AHU. **Caderno de Desenhos da Aula Militar da Bahia. 1779.** Desenho à pena. 29 x 43,7 cm. N° 1029 a 1034.

BANHAM, Rayner. **Teoria e projeto na primeira era da máquina.** 2ª edição. São Paulo : Perspectiva, 1979.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bliographico brasileiro.** Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** 2ª edição revista. Belo Horizonte : UFMG, 2002. p.16.

FISCHER, Sylvia. ‘Introdução a uma introdução’ in: Ruy Gama (org.). **Ciência e técnica: antologia de textos históricos.** São Paulo : T.A. Queiroz, 1992.

KATINSKY, Julio R.. “Preliminares a um estudo futuro de Vitruvius” in: Vitruvius. **Da arquitetura.** 2ª edição. São Paulo ; Annablume, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** São Paulo : Martins Fontes, 2002.

PETERSON, Charles. E. “Introdução ao texto: As regras de trabalho da Companhia de Carpinteiros da Cidade e Condado de Filadélfia (1786)” in: Ruy Gama (org.). **op.cit.**

PHILLIPS, P. Lee. **A List of Books, Magazines and Maps relating to Brazil: 1800 – 1900.** Washington : Government Print, 1901.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da Arquitetura brasileira: questões de historiografia.** Campinas : Unicamp, 1998.

Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro. Rio de Janeiro. 1867.

SILVA, Antonio de Moraes, **Diccionario da Lingua Portugueza (...).** Lisboa : Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Volume II.

SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. **Frei Bernardo de São Bento, o arquiteto seiscentista do Rio de Janeiro.** Salvador : Tipografia Beneditina, 1950.

VARGAS, Milton. “Engenharia civil na República Velha” in: **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo : UNESP, 1994.

VELLOSO, Diogo da Silveira Velloso. **Arquitetura militar ou fortificação moderna.** Salvador : EDUFBA, 2005.